

**TRUMP, A CHINA E A NOVA ORDEM
DA BIPOLARIZAÇÃO IMPERIALISTA**
*TRUMP, CHINA Y EL NUEVO ORDEN DE
LA BIPOLARIZACIÓN IMPERIALISTA*

Jorge ALMEIDA¹

Fecha de recepción: 09/06/2025

Fecha de aceptación: 22/09/2025

1 Professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFBA (Universidade Federal da Bahia). Coordenador do Grupo de Pesquisa Processos de Hegemonia e Contra-hegemonia jorgealm@uol.com.br

RESUMO

Este artigo analisa a crise da Ordem Mundial do imperialismo unipolar liderado pelos EUA, procurando entender o governo de Donald Trump em seu confronto com a China. Partimos do conceito marxista de imperialismo em seu desenvolvimento histórico até os dias atuais. O mundo vive uma crise estrutural e múltipla do capitalismo e uma bipolarização interimperialista tendo os EUA em declínio e a China em forte ascensão. Mas, o imperialismo dos EUA ainda é forte e agressivo e a nova ordem nascente ainda não é uma nova civilização, pois continua nos marcos do imperialismo capitalista em geral.

Palavras-chave: EUA versus China; O imperialismo de Trump; Bipolarização interimperialista.

RESUMEN

Este artículo analiza la crisis del orden mundial del imperialismo unipolar liderado por Estados Unidos, buscando comprender al gobierno de Donald Trump en su confrontación con China. Partimos del concepto marxista del imperialismo en su desarrollo histórico hasta la actualidad. El mundo experimenta una crisis estructural y múltiple del capitalismo y una bipolarización interimperialista, con Estados Unidos en declive y China en fuerte ascenso. Sin embargo, el imperialismo estadounidense aún es fuerte y agresivo, y el nuevo orden emergente no constituye aún una nueva civilización, ya que se desarrolla dentro del marco del imperialismo capitalista en general.

Palabras clave: EE. UU. versus China; Imperialismo de Trump; Bipolarización interimperialista.

Introdução

O objeto deste artigo é o confronto entre os EUA e a China, especialmente no governo Trump, entendendo-o como parte da crise da Ordem Mundial atual no início do século XXI. Partiremos do conceito de “imperialismo” inaugurado por Lenin (2008) e desenvolvido e atualizado historicamente por outros marxistas. A situação atual não é uma crise da Ordem Mundial surgida no final da Segunda Guerra Mundial, como afirmam alguns. Aquela ordem mundial já foi superada entre os anos 1970 e 1990 e foi substituída por uma outra ordem chamada de “Globalização”, a qual, agora, também entrou em fase de esgotamento.

A “Globalização”, definida por Chesnais (2007) como mundialização do capital e por Globalização Imperialista por Boron (2005), foi gerida sob a hegemonia do imperialismo unipolar liderado pelos EUA (Mészáros, 2002), sob o manto da OMC (Organização Mundial do Comércio) e protegida pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

Como veremos melhor na próxima seção, a chamada “globalização”, que foi uma resposta ao começo da crise estrutural do capitalismo surgida no início dos anos 1970 (Chesnais, 2007; Mészáros, 2002), anunciou a morte da ordem nascida no final da Segunda Guerra Mundial a qual foi enterrada com o fim da União Soviética, a abertura da China ao mercado e a integração de ambas à ordem capitalista internacional.

Aqueles foram dois fatos históricos de grande relevância que injetaram mais oxigênio para o capitalismo continuar, no dizer de David Harvey (2004), transformando os limites de sua crise em obstáculos contornáveis, via medidas contratendências.

Isso acabou gerando as bases para o atual momento da crise, inclusive no que diz respeito às políticas de Donald Trump e outros setores da extrema-direita mundial, que combatem retoricamente o que chamam de “globalismo”. Trump se apresenta como líder de uma “revolução” e tem sido chamado de “revolucionário” tanto por “conservadores” (Roberts, 2025) como por “liberais” (Patrick, 2025; The Economist, 2025). Mas, de fato, é um reacionário, em todos os sentidos, que tenta implementar medidas contra conquistas sociais e populares e para tentar reverter a “glo-

balização”. “Globalização” que tinha sido vanguardada pelos Estados Unidos da América (EUA).

Entretanto, o mundo capitalista não pode voltar ao que era antes da ordem da globalização imperialista, porque o avanço da hiper monopolização e da integração de capitais não é mais totalmente reversível. Segue uma tendência histórica do capitalismo (Lenin, 2008; Marx, 2017). Nem poderia continuar sendo unipolar, pois surgiu uma outra potência com capacidade hegemônica: a China. Assim sendo, não estamos vivendo uma “desglobalização”, mas uma reconfiguração bipolarizada do longo estágio do imperialismo.

Nossa metodologia de análise partiu de um referencial teórico-metodológico marxista, especialmente sobre o imperialismo em seu processo histórico e teórico, fazendo uma relação dialética com os elementos mais relevantes da realidade atual. Considerando a necessidade de um esforço para uma apresentação totalizante do objeto e os limites normais do espaço disponível, optamos por uma exposição panorâmica dos resultados.

Apresentamos uma conceituação de imperialismo e uma subperiodização da ordem mundial imperialista com base em vários autores que resgataram e atualizaram a perspectiva de Lenin sobre o imperialismo. Sintetizamos as principais contradições da fase atual da crise estrutural do capitalismo, o estado da bipolarização interimperialista, o processo de emergência da China e as respostas singulares da vertente trumpista do imperialismo dos EUA, para, então, chegar às considerações finais.

O Longo Curso da Ordem Mundial do Imperialismo

Hoje, está mais do que evidente uma forte disputa no sistema mundial, tendo de um lado os EUA e seus aliados e de outro a República Popular da China (RPC) e aliados. Para entender essa disputa, partimos da teoria marxista do imperialismo, especialmente do texto de Vladimir Lenin (2008) publicado em 1916. O revolucionário russo identificou um novo “estágio superior do capitalismo”, que chamou de “imperialismo”. Ou seja, antes de tudo, o “imperialismo” não é apenas uma ou outra potência que domina países mais frágeis. É um período histórico qualitativamen-

te mais elevado do capitalismo, que tinha diversas características novas, principalmente as que se seguem:

Aceleração e aprofundamento da monopolização das indústrias e dos bancos, levando a um processo de “fusão” entre capital bancário e capital industrial, gerando “supermonopólios” e o capital financeiro. Que, na época, era um capital financeiro fundamentalmente vinculado, diretamente, ao processo produtivo.

A exportação de capitais, ou seja, a extensão extraterritorial dos capitais nacionais das grandes potências, não somente através da exportação e importação de mercadorias. Exportação de capitais realizada, seja como investimentos diretos, seja em financiamentos e empréstimos. A importação de mercadorias era, principalmente, de bens naturais, ou seja, matérias-primas para o processo industrial, energia e alimentos. O intercâmbio desigual de mercadorias industrializadas por bens primários já era uma característica do capitalismo concorrencial. Assim sendo, o que faz o estágio imperialista dar um salto de qualidade é a crescente importância da exportação de capitais. Daí a necessidade de áreas de influência construídas tanto na forma de colônias e semicolônias como em países formalmente independentes, porém dependentes de fato. Portanto, há todo um processo de disputa e repartição dessas áreas de influência.

Não havia uma nítida diferença de força entre as grandes potências imperialistas da época, que eram especialmente Inglaterra, França, Alemanha, EUA, Itália e Japão. Sendo que a Rússia, segundo Lenin, era um elo mais fraco da cadeia imperialista.

Estávamos na época da segunda revolução industrial, do Taylorismo e do nascente Fordismo, que provocava uma revolução técnica de grandes repercussões no processo produtivo. A moeda mundial mais forte era a libra esterlina inglesa. O estágio imperialista do capitalismo e o fordismo eram necessidades para o enfrentamento da tendência de queda das taxas de lucro (Gramsci, 1978) que tinha estado nas bases de uma grande crise mundial ocorrida entre 1873 e 1890. O planeta estava em plena Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e poucos anos depois viveria uma nova e maior crise da história do capitalismo até então: o Craque da Bolsa de Nova Iorque de 1929, provocando a grande depressão. Como respos-

ta contratendencial da crise, nasceu o “keynesianismo”, um modelo de maior participação do estado no processo produtivo, seja diretamente, seja como regulador ou incentivador.

Naquele contexto de disputa, relativamente equilibrada, de áreas de influência, a tendência era haver conflitos e guerras diretas interimperialistas. E foi o que aconteceu na primeira e na segunda guerras mundiais.

Considerando o tema desse artigo, que envolve a situação atual da Rússia e da China, é importante destacar que, segundo Vladimir Lenin, naquele momento da primeira guerra mundial o Império Russo era uma potência imperialista, porém, em relação às principais potências europeias, era um elo fraco dentro da cadeia imperialista. Já a China, segundo Mao Tsé-Tung (1940), era um país semicolonial e semifeudal, portanto, no campo dos países dominados.

Após a Segunda Guerra Mundial o mundo tinha mudado e diversos autores identificaram essa nova realidade. Theotônio dos Santos (1968) e Florestan Fernandes (1981) a chamaram de “novo imperialismo”, que pode chegar agressivamente ou “suavemente” e com potências diferentes compartilhando as mesmas áreas de influência. Entre os autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), André Gunder Frank (1971) denominou a nova fase como “neoimperialismo” e “neodependência”, enquanto Ruy Mauro Marini (2011) considerou que na exploração de nações débeis deixava de exigir, necessariamente, o uso da violência externa e Vânia Bambirra (2013) classificou os países dependentes em três tipos. Já o argentino Atílio Boron, a definiu como uma segunda fase do imperialismo e os europeus István Mészáros (2003), François Chesnais (2007) e David Harvey (2004), como veremos adiante, também perceberam esse fenômeno.

Nessa segunda fase do imperialismo, posterior à segunda grande guerra, foi formada a ONU (Organização das Nações Unidas), enquanto, num contexto de disputas interimperialistas, passou a existir uma potência maior que as demais: os EUA. Cujas superioridade como a principal potência tinha nascido da fábrica (Gramsci, 1978) e se afirmava pela sua produção industrial fordista, seu PIB (Produto Interno Bruto), sua tecnologia, sua força militar e sua moeda, o dólar, que se tornou a mais poderosa. Assim

como ocorreu na cultura, com o chamado “*American way of life*” também conhecido como “americanismo”.

A base produtiva continuava sustentada na segunda revolução industrial, no modelo de acumulação fordista e no keynesianismo. Porém, houve um ciclo longo de crescimento e iniciou-se o período do chamado “Estado do Bem-estar Social”, quando o capital foi forçado a fazer concessões aos trabalhadores e trabalhadoras, com melhores salários, condições de vida e direitos sociais e trabalhistas. Aquela tendência de ascenso dos EUA se sobrepondo à Europa já tinha sido percebida por Antonio Gramsci (1978), quando escreveu o seu clássico “Americanismo e fordismo”, em 1934.

No confronto geopolítico global, houve uma convergência entre as potências imperialistas históricas conformando uma bipolarização versus a União Soviética (URSS), contexto que ficou conhecido como Guerra Fria. Onde a OTAN, fundada em 1949, era o eixo militar.

Tendencialmente, houve o fim das colônias e das guerras interimperialistas diretas, mas não do neocolonialismo, da dominação dos países dependentes pelas potências imperialistas e das guerras localizadas entre países periféricos, inclusive incentivadas pelo imperialismo. Também chamadas de “guerras por procuração” ou “guerras proxy”. Ou agressões do centro imperialista contra a periferia (Boron, 2005). Mas isso não significou a existência de um único país imperialista. Como chamou a atenção Virgínia Fontes (2010), continuavam existindo diversos países imperialistas, sendo os EUA o centro principal.

Por outro lado, ocorreram diversas revoluções anti-imperialistas, sendo que a mais importante a registrar neste artigo é a revolução que, a partir de 1949, transformou a China semicolonial (Mao, 1940) em um país independente, que a fez possuir uma mobilização popular e um estado capazes de promover as suas políticas de forma efetivamente soberana (Gullo, 2015; Souza e Almeida, 2021).

A partir da década de 1970, como destacam François Chesnais (2007) e David Harvey (2004), temos mais uma nova e terceira fase do imperialismo ou, como diz Jaime Osorio (2014), uma nova “subperiodização” do estágio imperialista do capitalismo.

É o período de uma profunda crise estrutural do capitalismo, que se desenvolve a partir da década de 1970, sobre os escombros da anterior fase do modelo de acumulação fordista. O novo passa a ser o neoliberalismo (Anderson, 1995), a financeirização fictícia do capital, a terceira revolução tecnocientífica, o toyotismo, uma crescente precarização do trabalho e uma maior dependência dos países periféricos, devido à chamada “globalização” e a quebra das políticas protecionistas. O capitalismo se mundializa por todo o planeta aprofundando a destruição da natureza (Chesnais, 2007; Mészáros, 2002).

Há um fortalecimento cada vez maior dos EUA que, com a implosão da URSS, na virada das décadas 1980 para 1990, torna-se um imperialismo global hegemônico (Mészáros, 2002; Mészáros, 2003) de tipo unipolar. Aliado aos outros países imperialistas históricos, de menor força, menos ou mais agressivos, mas que não deixaram de ser países imperialistas.

Naquele contexto que a URSS implodiu, a China também já vinha mudando a sua estratégia de desenvolvimento nacional, iniciando o processo de reformas pró mercado (Souza, 2018). Reformas que visavam uma abertura ao capital estrangeiro em geral e, especialmente, ao capital originário de potências imperialistas e da burguesia chinesa que vivia na diáspora, ocorrida após a vitória dos revolucionários em 1949. Em 1995, sob a batuta dos EUA, nasce a OMC (Organização Mundial do Comércio), para facilitar institucionalmente a liberalização do mercado mundial.

Então, chegou o século XXI e, com ele, um novo contexto. O imperialismo unipolar hegemônico dos EUA entrou em declínio, despontou a emergência internacional da China, e decorreram mudanças nas estratégias da Rússia, a partir da recomposição do bloco de poder naquele país, sob a liderança de Vladimir Putin, gerando repercussões internas e externas.

Como vimos, cada transformação qualitativa de fases do imperialismo significou, como regra geral, transformações abrangentes na “Ordem Mundial”. No sentido mais profundo, continua sendo a mesma ordem capitalista imperialista, porém, com importantes mutações.

Um dos aspectos mais visíveis são as modificações nas relações de forças entre as potências. Isso é uma ponta mais aparente do *iceberg*, mas é uma parte fundamental da essência de cada ordem que vai se formando.

Ademais, de modo geral, as mudanças que ocorreram na ordem mundial (fases do imperialismo) estão relacionadas também a momentos de crise do capitalismo; revoluções nas forças produtivas (novas tecnologias e/ou reorganização do trabalho); alterações das relações de força entre capital e trabalho; poder dos grandes monopólios; mudanças na força das principais moedas; nível de destruição capitalista da natureza; nas matrizes energéticas; papel do estado na economia; relação entre capital produtivo e capital financeiro; mutações nos meios de comunicação e informação; novas tecnologias militares e tensões bélicas peculiares; novas alianças geopolíticas; e modificações na sociabilidade.

Agora, um processo semelhante de transformações também está acontecendo nos anos recentes, especialmente a partir de 2008. Nesse sentido, destacamos a seguir algumas questões presentes no atual contexto de transição do imperialismo unipolar para a bipolarização interimperialista, que vai inaugurando um novo momento, uma nova fase do imperialismo.

1. A continuação e agravamento da crise estrutural do capitalismo, que se tornou uma crise múltipla (econômica, financeira, ambiental, geopolítica, alimentar, energética e sanitária); 2. A crise ambiental também se aprofunda com destaque para a destruição da biodiversidade e a crise climática e a questão das matrizes energéticas; 3. A disputa tecnológica pela vanguarda da revolução industrial 4.0, especialmente entre EUA e China, com seus respectivos parceiros. Incluindo o aumento da força econômica das *Big Techs* e o seu crescente poder de influência política em termos globais, agravados por seu alinhamento atual com Trump; 4. A concorrência das moedas, com um relativo enfrentamento ao dólar, entretanto ainda inicial; 5. Uma grande ofensiva do capital contra o trabalho, da concentração de riquezas, desigualdades sociais e geográficas e entre países centrais e dependentes; 6. Corrida armamentista e tensões militares globais, ocorrendo diversos conflitos regionais, locais, mais ou menos relevantes, nos diversos continentes; 7. Avanço do autoritarismo, das direitas, extremas-direitas e do neofascismo, que vêm ocorrendo por fora ou por dentro das democracias liberais representativas; 8. Uma crise interna nos Estados Unidos, com grande polarização sobre os rumos do seu imperialismo, com uma maior direitização do Partido Republicano

sob a liderança de Donald Trump, em contraposição às políticas do Partido Democrata; 9. A continuidade das resistências populares, mesmo que com ondas irregulares de avanço ou defensiva. Porém, sem ameaças significativas de rupturas contra hegemônicas revolucionárias.

Enfim, há uma escalada da bipolarização interimperialista, com a ascensão da China em aliança com a Rússia, e as tentativas de respostas dos EUA, seja na estratégia do Partido Democrata, seja na vertente Trump.

São diversas questões no âmbito da totalidade mundial, que se expressam geograficamente, de modo desigual e combinado, com suas diversidades. Portanto, não são fatos isolados. Como diria Gramsci (2000), ao elencar esses pontos estamos fazendo uma “separação metodológica” porque, no mundo concreto, tudo isso se relaciona dialeticamente dentro de uma totalidade orgânica, com as suas particularidades e suas diversas contradições que estão processando as mutações na ordem mundial. Ou seja, mudanças no cenário geopolítico e na disputa de hegemonia do capitalismo mundial.

Crise do Capitalismo e Crise Ambiental

Tendo a crise estrutural do capitalismo como pano de fundo, cresce a crise ambiental, particularmente a crise climática (ligada ao avanço do aquecimento global) e a destruição da biodiversidade, a cada dia mais insustentável. Esse avanço destrutivo, que nasceu nos rastros do capitalismo industrial (final do século XVIII), também esteve presente nos países que tentaram uma transição ao socialismo, principalmente na URSS e, em seguida, na China, nos seus enormes esforços de industrialização e acumulação primitiva. Esse processo se aprofundou durante a crise estrutural contemporânea do capitalismo, pois, para tentar contornar sua crise, o grande capital, de todas as origens e raízes, acaba destruindo ainda mais a natureza. E, no atual contexto das disputas interimperialistas, a destruição se alarga.

Em contrapartida, existem frações do capital, nos dois blocos da disputa interimperialista, que procuram redefinir seus espaços de reprodução ampliada da acumulação de capital, investindo em tecnologias chamadas de “verdes”, “sustentáveis” ou supostamente sustentáveis, que também

se tornaram caminhos viáveis de acumulação capitalista. Mas, esse “capitalismo verde” ou “ecocapitalismo” e o uso das chamadas tecnologias de “energia limpa”, já se mostraram incapazes de enfrentar a crise climática e de apaziguar as contradições entre as empresas monopolistas, os estados imperialistas e outros estados. Isso acaba paralisando as decisões de cada Conferência de Mudanças Climáticas da ONU, mais conhecida como COP (*Conference of the Parties*), que foram realizadas até agora. Assim, a tendência da COP 30, que ocorrerá no Brasil em novembro de 2025, é não ir além de discursos, promessas e impasses nas ações práticas. Não enfrentando, de fato, o aquecimento global. Mesmo porque, agora, Trump já anunciou que está retirando os EUA da COP.

As Contradições que Provocaram a Bipolarização Interimperialista

A propensão bipolarizadora entre as potências imperialistas, que provocou a atual transição do imperialismo hegemônico unipolar encabeçado pelos EUA para uma nova ordem, começa a se apresentar de maneira visível quando a RPC saiu mais fortalecida da crise de 2008.

Se intensificou a partir de 2013, dando início ao que passou a ser designado “segunda guerra fria”. 2013 foi o ano da posse do primeiro mandato de Xi Jinping como presidente da RPC e do lançamento da *Belt and Road Initiative* (BRI), mais conhecida como “Nova Rota da Seda”, um fenomenal projeto global de infraestrutura planejado para viabilizar o expansionismo econômico, financeiro, tecnológico e geopolítico da China. 2014 foi o ano em que a Rússia interveio militarmente nos dois países onde tinha suas principais bases militares (herdadas da URSS) no exterior, que entraram em situação de risco: Ucrânia e Síria. Após um golpe de estado pró Europa na Ucrânia, a Rússia reanexou a Criméia e após uma tentativa de golpe na Síria interveio militarmente naquele país, a chamado do seu governo aliado.

No mesmo ano, China e Rússia assinaram dois pacotes de acordos amplos e profundamente abrangentes. E o presidente dos EUA da época, Barack Obama (Partido Democrata), acendeu a luz de alerta admitindo

que havia uma ameaça ao domínio, que parecia inconteste, dos EUA². Em 2016, Donald Trump (Partido Republicano) é eleito presidente com um forte discurso e medidas anti-China.

Os conflitos foram aguçados quando a pandemia da Covid 19 se associou a uma nova onda da crise estrutural capitalista (Almeida e Andrade, 2023b), entre os anos 2019 e 2021. Depois disso, a China voltou a sair daquele momento da crise relativamente mais forte que as outras potências. A partir daí, cresceu a batalha dos *chips*, ou seja, a disputa pela vanguarda da tecnologia da produção de semicondutores. E, em seguida, veio a guerra na Ucrânia, iniciada com a invasão da Rússia em 2022, que foi muito aguda e passou a ter uma grande visibilidade, mas não é a questão mais importante do período.

Entre outros desenvolvimentos globais e regionais importantes, esse conjunto de fatores levou a um novo nível de polarização, pois, no sentido de tentar responder à crise estrutural do capitalismo em sua fase neoliberal, assim como aos novos desafios da atual hegemonia mundial dos EUA, as potências históricas do ocidente e o Japão também recorreram a uma ação estatal mais forte tanto para impulsionar a economia interna como na política externa.

Surgiram leis protecionistas à produção nacional, aumento de tarifas para produtos, e limites aos investimentos estrangeiros de países e empresas competidoras e não desejáveis, como é o caso das chinesas. É uma espécie de neokeynesianismo realizado através da injeção de recursos estatais combinados com a importação de capitais de aliados estrangeiros. Entretanto, sem o retorno dos direitos populares conquistados no período do *Welfare State* e que foram e continuam sendo deteriorados pelo modelo neoliberal (Anderson, 1995), seja nos países da periferia como no centro imperialista.

Para o capitalismo, essas ações são necessárias para se contrapor à crise econômica e financeira em todos os países e, para os estados imperialistas históricos, ainda mais necessários para enfrentar o novo gigante

2 Detalhes e todo esse processo que expôs a forte aliança que já vinha sendo construída entre China e Rússia está em Almeida (2016).

imperialista asiático e, especialmente, para tentar impedir ou atrasar os avanços tecnológicos da RPC.

Portanto, a ofensiva dos EUA no primeiro governo de Donald Trump foi feita, principalmente, através de restrições às importações de produtos industrializados chineses e do bloqueio a algumas empresas de tecnologias avançadas da China - como a Huawei, que é líder na internet 5G. Entretanto, quando lançou seu slogan “*América First*”, Trump atingia, ao mesmo tempo, seus aliados históricos na Europa, assim como o Canadá e o Japão. Isso provocou algum isolamento dos EUA e acabou facilitando uma ampliação das áreas de influência da China.

Com a derrota de Trump em 2020 e a volta do Partido Democrata, Joe Biden continuou a política de enfrentamento à China e à Federação Russa, mas usando outra estratégia, ao retomar as históricas alianças atlantistas com importantes parcerias dos países europeus, o Japão e outros aliados como a Coreia do Sul e Taiwan e suas corporações empresariais. O objetivo foi financiar a invenção e a produção em ciência, desenvolvimento tecnológico e inovação, de modo conjunto e continuado (Almeida, 2023a).

Os EUA também anunciaram a pretensão de financiar projetos de desenvolvimento em países da periferia, na África, América Latina e Eurásia, regiões onde a China vinha avançando paulatinamente. Tomaram, ainda, iniciativas para tentar recompor diversos tipos de acordos econômicos e militares e até começaram a mimetizar o discurso dos chineses.

De um lado, China e Rússia já usavam um discurso favorável a um idealizado mundo de “cooperação”, “harmonia”, “multilateralismo”, baseado no chamado “ganha-ganha” dos negócios econômicos e voltado para um “futuro compartilhado” entre todos os estados (Almeida, 2022).

Por outro lado, Biden começou a prometer para os países dependentes “‘sucesso compartilhado’, ‘futuro em que ninguém fique pra trás’ e ‘parceira sem dependência’ e ‘sem criar obrigações políticas’” (Almeida, 2023a, p. 258).

Além do protecionismo que vinha sendo aplicado no governo Trump, Biden aprofundou os constrangimentos à exportação de capitais chineses para os EUA e, paralelamente, implementou restrições às exportações para a China de produtos dotados de tecnologias estratégicas mais desenvol-

vidas ou sensíveis, como os microchips (semicondutores) e máquinas e equipamentos passíveis de uso dual (civil e militar). Proibições que foram estendidas ao direito de empresas de outros países, como Japão, Holanda, Taiwan e Coreia do Sul de venderem para a China e a Rússia produtos com inovações patenteadas por empresas estadunidenses.

Porém, durante a administração Biden, os EUA começaram a sofrer um outro revés. Foi o crescimento do uso de outras moedas nacionais, que não o dólar, no comércio internacional, destacadamente a moeda chinesa: o yuan. Apesar de ainda significar relativamente um pequeno volume, a presença dessas moedas está crescendo e é um dos objetivos estratégicos da China e da Rússia para enfraquecer a forte hegemonia do dólar.

Na administração de Biden foi significativo também o esforço dos EUA e da União Europeia (UE) na busca de acordos, entre si e com países dependentes. Tratava-se, portanto, de, além da tomada de medidas negativas contra a China, promover iniciativas positivas para enfrentar a nova potência que tinha se tornado um forte parceiro comercial de uma grande parte dos países do mundo.

Podemos dizer, neste sentido, que a política externa da administração de Joe Biden possuía elementos de maior racionalidade, ao buscar unificar forças com outros países imperialistas e dependentes para se contrapor ao bloco encabeçado pela China e pela Rússia. Porém, se esses elementos conseguiram gerar certas dificuldades para esses dois potentes rivais, não conseguiram impedir que continuassem avançando, pois a China, destacadamente, continuou diminuindo as diferenças de capacidades (*gap*) principalmente no setor decisivo da inovação tecnológica, civil, militar e dual. Tampouco foram capazes de convencer a maioria do eleitorado estadunidense e o Partido Democrata foi derrotado nas eleições de 2024.

Desse modo, não foi por acaso que a China, nos anos do século XXI, passou a ser o segundo maior exportador de capitais do mundo, perdendo apenas para os EUA (Cariello, 2022), ou seja, em pouco tempo ultrapassou todas as demais potências imperialistas históricas, como o Reino Unido, a França, a Alemanha e o Japão, que exportam capitais desde o século XIX. O que é muito significativo, pois a exportação de capitais é um cri-

tério essencial para caracterização de um país como sendo imperialista (Boron, 2005; Chesnais, 2007; Lenin, 2008).

O deslocamento do eixo territorial estatal da produção industrial já se deu para a região Ásia-Pacífico, porém, ainda não houve um deslocamento do eixo do capital financeiro em geral para aquela região. Pois, apesar dos seus avanços também na China, a financeirização fictícia (Chesnais, 2018) continua principalmente sob o comando das potências históricas do imperialismo, especialmente os EUA e os europeus.

A China e Sua Emergência na Ordem da OMC

A China tem uma história civilizatória gloriosa, econômica, filosófica, política, militar e cultural e de liderança em ciência e tecnologia em sua era de Império do Meio (Frankopan, 2015). Mas, como toda civilização dividida em classes, conta com grandes desigualdades, polarização social, autoritarismo, dominação estatal e manipulação ideológica.

Depois disso, houve o “Século de humilhação” (Zhou, 2021), entre 1839 e 1949, com a dominação semicolonial, principalmente inglesa e, em seguida, o povo chinês realizou uma revolução de caráter popular, antilatifundiário, anti-imperialista, democrático e de sentido socialista (Schram, 1968; Snow, 2023).

Como resultado do processo revolucionário, em 1949, inaugura-se a República Popular da China (RPC) que rompeu a dominação dos imperialismos ocidentais e japoneses, eliminou o latifúndio e se afastou da ordem capitalista internacional. Construindo, assim, um estado soberano, enfrentando a dependência econômica e buscando uma transição ao socialismo. Enfim, edificando as bases (políticas, econômicas, das forças produtivas, sociais, infraestruturais, culturais e da defesa nacional) para seu futuro processo de desenvolvimento³. Com isso, constituíram-se os alicerces que depois foram utilizados para o grande crescimento econô-

3 Detalhes sobre as conquistas econômicas, tecnológicas, sociais, políticas, militares e culturais desse período, assim como dos problemas e conflitos gerados especialmente durante o chamado “Grande Salto à Frente” e a “Revolução Cultural”, podem ser encontrados em Souza e Almeida (2021) e Souza (2023).

mico que aconteceu com as reformas pró-mercado e abertura ao capitalismo, iniciadas após a morte de Mao Tsé-Tung, em 1976.

Num segundo momento, iniciado em 1978, sob a liderança de Deng Xiao Ping, o país se abriu para capitais estrangeiros, gerando o autodefinido “socialismo de mercado” ou “socialismo com as características chinesas” (Xi, 2020).

A partir das reformas pró-mercado, a China utilizou diversos regimes de acumulação capitalista, de forma pragmática e de maneira simultânea, de acordo com as características particulares geográficas e sociais do país, de modo desigual e combinado. Assim, o país ascendeu economicamente importando capitais, forças produtivas e relações de produção do capitalismo avançado e utilizando diversas tecnologias e formas de organização do trabalho. Algumas tradicionais, coexistindo com outras avançadas e importadas do ocidente e do Japão, reproduzindo-as internamente e, num segundo momento, desenvolvendo-as inovadoramente. Essas tecnologias avançadas se disseminaram no período em que se expandia a flexibilização neoliberal do trabalho mundialmente e, inclusive, na China (Souza, 2018).

No seu caminho em direção a uma economia de mercado, houve o avanço da propriedade privada, do mercado de trabalho liberalizado e a integração na economia mundial dentro das regras do livre-cambismo da OMC, onde a China foi aceita em 2001 (Souza, 2018). Entretanto, a China manteve uma forte estrutura de empresas estatais estratégicas e um estímulo direto do estado a pequenas, médias e grandes empresas monopolistas privadas em áreas estratégicas, como o setor de tecnologias de ponta⁴.

Nesse processo, a China vem realizando um espetacular crescimento econômico e saindo de uma situação de país relativamente pobre, em desenvolvimento, para ultrapassar quase todas as outras economias do

4 O processo singular de desenvolvimento da China, combinando reformas de mercado com forte presença econômica do estado tem gerado diferentes interpretações sobre o caráter da sociedade chinesa. Sobre isso, ver: Almeida (2022); Hua (2018); Losurdo (2004); Majerowicz (2020 e 2022); Minin (2014); Nogueira e Qi (2022); Osorio (2015); Qin e Doria (2016); Roberts (2018); Souza (2018 e 2023); Turner (2014).

mundo. Hoje, tendo o segundo PIB mundial (pelos critérios do FMI) e primeiro pelos métodos do Banco Mundial.

Atualmente, a China está plenamente integrada na ordem capitalista (imperialista) mundial: tem o maior PIB industrial, é o maior exportador e 2º importador de mercadorias do mundo, amplia a exportação de capitais (Cariello, 2022), possui grande parcela de títulos da dívida dos EUA, disputa a vanguarda tecnológica (Majerowicz, 2020), compra terras em outros países, desenvolve projetos de expansão geopolítica e moderniza aceleradamente sua capacidade aeroespacial e suas forças armadas⁵, já sendo a terceira maior força militar mundial e o segundo orçamento. Aprofunda sua presença na África e na América Latina e constrói alianças de grande potencial estratégico com a Rússia e países da Ásia, Oriente Médio e Pacífico. Nesse processo e contexto, foi fundado, em 2006, o BRICS, agrupamento multilateral de países constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul⁶ e, fundado em 2016, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), também conhecido por “Banco do BRICS”. Em 2023, o BRICS foi ampliado para Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã. Como vimos numa seção anterior, desde 2014, diversos fatos geopolíticos estimularam uma maior aproximação entre a China e a Rússia (Almeida, 2016; Facon, 2018).

Em 2021, em plena pandemia e no início dos bloqueios e banimentos patrocinados pelos EUA, o comércio exterior chinês continuou batendo recordes (6 trilhões de dólares). Foi também o maior importador de capitais do mundo. Por quê? Por continuar sendo um país capitalista que abre espaços muito lucrativos para os capitais privados estrangeiros. Todavia, como vimos anteriormente, isso sofreu mudanças no avançar da bipolarização interimperialista.

Segundo Hua Shi (2018), a RPC segue numa trajetória imperialista pois sua monopolização econômica capitalista provoca, objetivamente, a expansão internacional numa disputa da hegemonia do capitalismo mundial. Lógica que, como vimos, está nos fundamentos da concepção

5 As forças armadas chinesas têm tido um objetivo principalmente defensivo, apesar de alguns conflitos que têm ocorrido com países vizinhos. Sobre isso, ver Fakhoury (2019); Montenegro (2021); Xinhua (2022).

6 A África do Sul foi incorporada ao grupo em 2011.

marxista do imperialismo desde Lenin (2008) e adotada por outros. Para Michael Roberts (2018), a sociedade chinesa não é socialista, seja pelas relações econômicas, seja pela ausência real dos trabalhadores nas decisões importantes.

Turner (2014), também em sintonia com as concepções de Lenin e outros autores anteriormente citados, vai adiante considerando que um “imperialismo com as características chinesas” já é uma realidade. Consequentemente, é preciso uma expansão militar para respaldar seus avanços geopolíticos e econômicos no exterior.

Assim, o avanço dos capitais chineses tem reforçado a dependência dos países da periferia, como no caso da América Latina (Almeida, 2022; Osorio, 2015):

A América Latina regressou a sua velha condição de região produtora de matérias primas e alimentos, favorecendo agora a transição da China na direção da mais-valia relativa como forma dominante de geração de valor. Sua contraface é a agudização dos processos de superexploração em nossa região (Osorio 2015, p. 01).

Ou seja, a América Latina aderiu a um Padrão de Reprodução do Capital (PRC) que enfraquece suas economias nacionais favorecendo o capital imperialista em geral, levando volumosos recursos na forma de trabalho superexplorado para estimular taxas de lucro mais altas das empresas imperialistas em geral. Ao mesmo tempo que, “la expansión de sus exportaciones de materias primas y alimentos permite la expansión, ahora de la economía china (...) para sostener su crecimiento em plusvalía relativa, favoreciendo así la expansión de los mercados internos [da China] (Osorio 2015, p. 50).

Segundo este autor, para a periferia o resultado desse processo é o aprofundamento da subordinação, dependência, transferência de valor e acumulação de capital nos centros, processo tipicamente assim definido também pelos autores clássicos da TMD, já citados, como Marini, Theotonio dos Santos e Bambirra.

A China faz comércio e exportação de capitais (investimentos diretos, financiamentos e empréstimos) porque isso é vantajoso economicamente tanto para os capitais chineses como para os capitalistas dos países de-

pendentes, conforme aprendemos com os autores da TMD. Na América do Sul, por exemplo, as relações econômicas da China têm evoluído com todos os países nos últimos 15 anos. Independentemente de qual seja o regime político (mais “democráticos” ou mais autoritários), da força política que governa o país, do modelo econômico, dos discursos ideológicos, como ocorreu no Brasil governado por Bolsonaro (Almeida, 2023c; Almeida, 2022). Ou seja, a lógica fundamental de sua presença é, como vimos, a mesma de qualquer capital imperialista: obter lucros.

A China não precisa intervir militarmente para mudar governos, regimes, políticas macroeconômicas mais abrangentes, nem sistemas políticos de seus parceiros. Esta potência asiática chega “suavemente”, pois esses países, como vimos em Osorio (2012), já estão dentro de um PRC plenamente favorável ao intercâmbio desigual e à importação de capitais estrangeiros. Se vierem novas reformas neoliberais, só irão facilitar a penetração do capital estrangeiro, inclusive o chinês. E, quando necessário defender determinados projetos específicos de seus capitais, os *lobbies* das empresas chinesas, sua diplomacia e seus agentes nas próprias esferas políticas dos países, agem como qualquer empresa imperialista, buscando influenciar os governos e parlamentos.

Os estados subsoberanos, suas classes e elites dominantes continuam associando-se subordinadamente ao capital estrangeiro, mas hoje querem escolher quem traz maior lucratividade. Sendo assim, a China apresenta suas parcerias econômicas como um “ganha-ganha” de benefícios mútuos e “destino compartilhado para o progresso comum” (Xi, 2014; Xi, 2022).

É uma penetração imperialista negociada, pois, de fato, as frações hegemônicas dos capitais nacionais ganham com isso. Ou seja, no contexto concreto, há uma relação consensual, não agressiva militarmente, porque há um ganha-ganha real entre os capitalistas, a partir da superexploração do trabalho (Marini, 2011) e da espoliação dos recursos naturais (Harvey, 2004) na periferia. Porém, como regra geral, com um ganho maior para o polo dominante, ou seja, o capital imperialista. É a regra geral nas relações imperialismo-dependência, como bem destaca, relembramos, a TMD: intercâmbio desigual e ganhos desiguais (Marini, 2011). Tudo isso com a aceitação, apoio e incentivo dos estados subsoberanos (Osório, 2014) e das

elites políticas dependentes. Por outro lado, nas relações entre os estados, as potências imperialistas também levam vantagens estratégicas e geopolíticas (econômicas, financeiras, tecnológicas e no aprofundamento e ampliação de suas áreas de influência), porém, os estados-nação periféricos e sub soberanos aprofundam sua dependência e destruição ambiental.

Do América First para o Make America Great Again (MAGA)

Como vimos nas seções anteriores, o imperialismo é algo abrangente, ou seja, um estágio do modo de produção capitalista, no qual os EUA se constituíram historicamente, a partir de 1945, como principal potência. Neste sentido, Donald Trump (Partido Republicano) e Joe Biden (Partido Democrata) personificam duas estratégias do imperialismo dos EUA: caminhos diferentes do mesmo imperialismo, para a exploração dos povos do mundo e para enfrentar o bloco oposto, encabeçado pela China e a Rússia.

Portanto, o revés eleitoral de Biden/Kamala Harris e seu partido em 2024 demonstrou a adversidade vivida pelos EUA, tanto na sua situação doméstica como na disputa imperialista. E o retorno de Donald Trump expressa, essencialmente, o reaparecimento de suas políticas anteriores de modo ainda mais agressivo. Pois, além de engrossar as restrições contra a China, ele voltou a atacar duramente os próprios aliados históricos dos EUA, provocando mais conflitos com eles. Por outro lado, essa estratégia de Trump ajuda a expor também os impasses do atual momento da crise estrutural do capitalismo e da disputa interimperialista.

Não é muito fácil falar das estratégias e táticas de Trump. Além de inconsistências teóricas presentes no seu “projeto”, sua ação política tem sido marcada, desde o primeiro mandato, por um viés de personalismo voluntarista, que superestima sua força pessoal e a do cargo de presidente dos EUA e subestima a força dos outros, sejam eles frações de classe, grupos sociais, pessoas mais importantes, instituições estatais e privadas ou estados estrangeiros e suas lideranças.

De modo sintético, podemos dizer que as políticas atuais de Trump possuem objetivos “domésticos” (intranacionais) e externos (internacionais). Como vimos, o imperialismo é, essencialmente, expansionista e, assim,

mesmo que possam parecer incoerentes, as intenções de Trump, externas e domésticas, buscam coerência entre si, se alimentando mutuamente.

Em termos intranacionais, ele objetiva ampliar a produção científica, tecnológica e industrial dentro do seu território, melhorando a empregabilidade e o mercado interno, o que requer internalizar capitais produtivos estadunidenses que tinham sido exportados, inclusive para a China, na lógica do capital de buscar territórios mais lucrativos, como vimos nas teorias marxistas do imperialismo e da dependência. Por outro lado, pretende atrair capitais estrangeiros de empresas e países aliados e subalternos, mesmo que, para isso, tenha que atropelar as propaladas “regras liberais” de mercado da OMC e precise exercer a coerção estatal.

Ademais, para estimular processos industriais tradicionais, precisa liberar e aprofundar a destruição ambiental. Na questão cultural, o atual presidente dos EUA trabalha para reforçar, política e ideologicamente, o conservadorismo da extrema-direita em geral, nos países e ambientes nos quais possa influenciar o modo de vida, além de expulsar os imigrantes “indesejáveis”, que não são apenas os considerados ilegais.

Para impor e respaldar tudo isso, o presidente republicano precisa endurecer o autoritarismo, tanto através da centralização do seu próprio poder presidencial, quanto na perseguição e repressão aos opositores com medidas típicas do velho macartismo, dentro e fora do aparelho de estado e, especialmente, na educação e na chamada indústria cultural.

Na política externa, seu alvo central continua sendo a China, que tem sido descontroladamente atacada, na tentativa de melhorar a economia interna dos EUA e enfrentar o enorme déficit comercial bilateral, como também para disputar a hegemonia da nova ordem mundial, que está em curso.

Antes de tudo, Trump quer garantir a força do dólar e, neste sentido, começou ameaçando os países do BRICS com retaliações caso venham afastar o dólar de suas relações comerciais e fortalecer o yuan chinês. Mas é na *trade war* e na guerra tecnológica que ele tem dado mais ênfase.

Na tentativa de isolar a China, tem buscado uma aproximação com a Rússia em torno de uma negociação para guerra na Ucrânia. É verdade que existem certas semelhanças ideológicas, no sentido de uma direita conservadora e autoritária, entre os dois. Porém, com toda sua experiência

e capacidade política, Putin entende que não é possível saber qual o viés de política externa será implementado pelo próximo presidente dos EUA e, nem mesmo, quem será ele. China e Rússia têm uma política externa de estado de longo fôlego, ao contrário dos EUA, com as particularidades de suas duas vertentes imperialistas, como vimos acima. Portanto, Putin não embarcaria numa aventura, soltando a mão de Xi Jinping, que tem uma política de estado confiável e estável, para se aliar a um Trump com um mandato de tempo limitado e uma personalidade de perfil instável.

Como vimos, uma das questões mais enfáticas nas atuais relações internacionais dos EUA são as políticas protecionistas, principalmente com os aumentos extraordinários nas tarifas de importação de mercadorias e nas pressões para internalizar capitais.

Para isso, retomou de modo ainda mais agressivo as disputas com históricos aliados dos EUA na Europa e com o Canadá e o Japão e vem tentando aumentar o controle de territórios de países que têm importância estratégica, porém relativamente mais débeis, como Panamá, na busca de maior controle sobre o canal.

Tem prometido reduzir gastos estatais, políticos e econômicos, dos EUA em outras partes do mundo onde não haja retorno material real. Porém, está ficando claro que não vai deixar de defender os interesses das grandes corporações monopolistas dos EUA nem cumprir as promessas demagógicas de acabar com as guerras e agressões militares.

Outro campo de ação que tem sido sua prioridade é a quebra de diversos tratados internacionais e acordos com instituições ideologicamente indesejáveis ou que impliquem em gastos como a COP e OMS (Organização Mundial da Saúde) e gerando instabilidades e nervosismo em outros órgãos da ONU, no FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, OMC e OTAN etc.

Para colocar suas políticas na prática, tem uma maioria real, porém pequena, no Congresso, na Câmara dos deputados e no Senado e uma maioria conservadora na Suprema Corte. Mas, é uma maioria insuficiente para reformar a Constituição. Além disso, recebeu um apoio público dos proprietários das *Big Techs* que têm, além de uma imensa força econô-

mica, um fortíssimo poder de manipulação das informações, nacional e internacionalmente.

Porém, em pouco tempo ficou evidente que Trump não é um invencível Capitão América. Está enfrentando dificuldades no interior do aparato de estado dos EUA, tanto civil como militar. Não há certeza de que a Suprema Corte e o Congresso votem favoravelmente em qualquer proposta sua. Não sendo um consenso, está gerando diversos atritos com uma parte da elite política e das frações da classe dominante e com a chamada classe média.

Sua política anti-imigração tende a provocar insuficiência de mão de obra para serviços que os estadunidenses brancos rejeitam e, devido à provável redução do exército de trabalhadores de reserva, a ocorrência de pressões salariais e inflação. Inflação que também tende a ocorrer pelo aumento dos preços das mercadorias importadas devido às tarifas e a substituição de importações por mercadorias nacionais mais caras. Além disso, as cadeias produtivas nacionais precisam produtos intermediários importados.

Diante desse quadro, têm ocorrido resistências em movimentos sociais dentro e fora dos Estados Unidos, inclusive grandes manifestações de protesto no interior e no exterior e pronunciamentos de instituições, mídias importantes e personalidades influentes (Patrick, 2025; The Economist, 2025). Além disso, as pesquisas de avaliação do governo têm mostrado um significativo aumento da rejeição à sua administração. O que significa que o seu Partido Republicano pode sofrer uma derrota já nas eleições intermediárias de 2026, perdendo a maioria no Congresso.

Na política externa, Trump tem gerado muitos problemas, reações, oposições e rechaços de diferentes intensidades, de países importantes, inclusive com a Europa que, por seu lado, está enfrentando um aprofundamento de sua própria crise, complicando ainda mais sua situação e o quadro internacional. Tem recebido também retaliações e resistências de diversos países menores, incluindo aliados subalternos, por causa de suas políticas tarifárias (Patrick, 2025; The Economist, 2025). Especialmente, sofreu pesadas retaliações tarifárias da China, dentro de um padrão equivalente ao seu protecionismo, assim como outras sanções estão atingindo a cadeia produtiva de empresas estadunidenses, como a

suspensão da compra de soja e a proibição da venda de minerais estratégicos. Empresas que, por isso mesmo, têm pressionado o presidente para aliviar o protecionismo. Então ele está sendo atingido por um “efeito Boomerang” e abrindo os flancos para a diplomacia e os capitais chineses se aproximarem dos países que já foram da área de influência dos EUA, com sua estratégia de um imperialismo mais negociado e o discurso do “ganha-ganha”. Enfim, como nos lembra Souza (2025), a causa principal do estresse de Trump é a força ascendente do capitalismo chinês.

A guerra na Ucrânia e o genocídio do estado sionista de Israel contra o povo palestino, são exemplos de como suas propostas de soluções têm sido desmoralizadas pelos fatos. Enfim, Trump vem sofrendo obstáculos das várias esferas institucionais estatais e privadas dos EUA, tanto da sociedade civil como das diversas frações do capital e suas representações nas elites políticas e ideológicas estadunidenses, assim como de resistências de setores populares. As rusgas que vêm ocorrendo com Elon Musk e que podem levar a um rompimento entre eles, é um exemplo disso. Além dos problemas criados com outros estados, os interesses estatais nacionais deles e de suas classes e elites dominantes, suas lideranças políticas, suas capacidades militares e seus interesses na disputa imperialista global.

Daí, suas ameaças, blefes, oscilações e recuos pragmáticos; não ser possível acreditar a priori no que ele fala, promete e propaga; não ser possível considerar sua palavra como a verdade do que pretende e/ou pode fazer.

O resultado é, portanto, a dificuldade ou a impossibilidade de realizar os seus desejos e o vai e vem dos seus pronunciamentos e ações, até o momento, com muito desgaste e sem os retornos positivos importantes que pretendia.

Considerações Finais

O século XXI, especialmente a partir das ondas de crise de 2008 e 2019/2020, trouxe um novo aprofundamento da crise estrutural, que se tornou uma crise múltipla, com o esgotamento das supostas soluções que foram implementadas a partir da década de 1970, como o neoliberalismo,

a dominância do capital financeiro especulativo e a expansão da exportação de capitais, que avançaram com a cobertura da OMC.

O novo é o período do enfraquecimento relativo do imperialismo dos EUA e da ascensão emergente da China como potência capitalista imperialista e a constituição de uma bipolarização interimperialista que têm os EUA liderando um bloco e a China, em aliança com a Rússia, encabeçando o outro, sendo que os anos 2008, 2013-14 e 2022-23 podem ser considerados os marcos desse processo.

O avanço dos monopólios, a guerra tecnológica, a competição das moedas, a aceleração da disputa por áreas de influência, seus mercados, espaços para a exportação de capitais e recursos naturais, a disputa das Big Techs, a corrida armamentista e as guerras proxy, são exemplos que reforçam o ponto de vista teórico e político da atual existência de uma bipolarização interimperialista.

Nesse quadro, os esforços para contornar a crise estrutural e enfrentar a bipolarização, agravam ainda mais a destruição ambiental e a crise climática, colocando a vida planetária em risco.

Entretanto, a disputa por áreas de influência, em muitos casos, se faz com superposição e compartilhamento de potências imperialistas rivais num mesmo país, pois, as burguesias e elites dominantes nacionais continuam subalternas, mas querem escolher as parcerias dependentes mais vantajosas. E abrem espaço para a entrada negociada e não agressiva dos capitais imperialistas. A quebra de direitos trabalhistas e sociais e a subsoberania, por exemplo, interessam aos capitais imperialistas em geral, de qualquer origem nacional, por favorecer a expansão e concentração monopolista dos capitais de ambos os blocos.

Ademais, no atual contexto mundial de ofensiva autoritária e conservadora, a presença dos capitais imperialistas, independentemente de discursos ou posturas diplomáticas formais, acaba contribuindo com as restrições de direitos e liberdades democráticas. Aprofundando o autoritarismo dos regimes de democracia liberal representativa ou como

“subversivismo reacionário” (Gramsci, 2004) das extremas-direitas, em versões neofascistas ou não⁷.

O estressado reacionarismo de Donald Trump em todos os campos (econômico, político e cultural), interna e externamente, ainda não demonstrou capacidade para impedir o paulatino avanço chinês. Isso porque, as duas principais vertentes do imperialismo estadunidense, partidariamente representadas pelo Partido Republicano e o Partido Democrata, estão na mesma encruzilhada, sem encontrar uma estratégia eficaz para enfrentar a emergência do imperialismo chinês em aliança com a Rússia. Aliás, também não estão conseguindo convencer o eleitorado dos EUA de que têm alternativas consistentes para melhorar suas vidas. É o que se pode dizer pelo fato de que tanto Trump como Biden/Kamala Harris, não conseguiram um segundo mandato seguido, fato raro na política estadunidense.

Enfim, a ordem global do imperialismo unipolar liderada pelos EUA e sob o manto da OMC e proteção da OTAN, está em ruínas, mas o imperialismo dos EUA continua suficientemente forte e agressivo. Ademais, a nova ordem nascente sobre o leito da crise múltipla e o impulso da bipolarização, ainda não é uma nova civilização (Gramsci, 1978), pois continua nos marcos do imperialismo capitalista em geral.

7 Sobre o neofascismo, suas relações de continuidade e diferenças como fascismo histórico e suas convergências com o neoliberalismo atual, partimos de Almeida (2025).

Referências

- Almeida, J. (2022). O ascenso da China e o sistema mundial: relações de cooperação, futuro compartilhado ou bipolarização interimperialista? *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. (v. 47), n. 255, 109-130. <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n255>.
- Almeida, J; Andrade, E. (2023b). *Turbulências e Desafios: O Brasil e o mundo na crise do capitalismo*. Editora Dialética.
- Almeida, J. (2023a). 2022: ano da consolidação da bipolarização imperialista. In J. Almeida e E. Andrade (Ed.) *Turbulências e Desafios: o Brasil e o mundo na crise do capitalismo* (pp. 251-25). Editora Dialética.
- Almeida, J. (2023c): A questão da política externa do Brasil na campanha presidencial de 2022. *Caderno CRH* (36), e023030. <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/55376>
- Almeida, J. (1º/05/2025). O Fascismo histórico e o neofascismo brasileiro. *Outras Palavras*. <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/do-neofascismo-brasileiro-a-terceira-via/>
- Almeida, J. (14-17/07/2016). O papel da China na ofensiva internacional da Rússia. Congresso da UFBA (Universidade Federal da Bahia), UFBA, Salvador, Brasil.
- Anderson, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. In E. Sader (Ed.) *Pós-neoliberalismo*. Paz e Terra.
- Bambirra, V. (2013). *O capitalismo dependente latino-americano*. Editora Insular.
- Boron, A. (2005). Hegemonia e imperialismo no sistema internacional. In A. Boron (Ed.) *Nova Hegemonia Mundial* (pp. 133-154). CLACSO.
- Cariello, T. (2022). Investimentos chineses no Brasil 2021- Um ano de retomada. CEBC – Centro Empresarial Brasil-China.
- Chesnais, F. (2007). Da noção de imperialismo e da análise de Marx do capitalismo. In J. Nóvoa (Ed.) *Incontornável Marx* (pp. 47-81). EDUFBA/Editora UNESP.

- Chesnais, F. (2018) La crise économique mondiale sans fin, l'interprétation et les conséquences. Revista Fitos. (Ed. especial): 11-28. <http://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revistafitos/article/view/578>.
- Dos Santos, T. (1968). El nuevo caracter de la dependência. Segunda Reunión de la Asamblea General del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Lima, Peru. <https://www.studocu.com/ca-es/document/universitat-de-girona/historia-moderna/dos-santos-nuevo-caracter-dependencia/14778598>.
- Facon, I. (2018). No longer enemies but are they really friends? Le Monde Diplomatique, Aug/2018.
- Fakhoury, R. (2019). As disputas marítimas no Mar do Sul da China: antecedentes e ações militares no século XXI. Observatório de Conflitos Internacionais, Série Conflitos internacionais, (vol. 6), n.1: 1-9. <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-6-n.-1-fev.-2019---mar-do-sul-da-china.pdf>
- Fernandes, F. (1981). Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina. Zahar Editores.
- Fontes, V. (2010). O Brasil e o capital imperialismo. Teoria e história. Editora UFRJ.
- Frank, A. (1971). Lumpen-burguesia e lumpen-desenvolvimento. Portucalense Editora
- Frankopan, P. (2015). The Silk Roads: a new history of the world. Bloomsbury.
- Gramsci, A. (1978). Americanismo e Fordismo. Piccola Biblioteca Einaudi.
- Gramsci, A. (2000). Cadernos do Cárcere, vol. 3. Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (2004). Subversivismo reacionário. En A. Gramsci, Escritos Políticos, C. Coutinho (ed.). (vol. 2) 68-70. Civilização Brasileira.
- Gullo, M. (2015). La insubordinación fundante. Fundación Editorial El perro y larana.
- Harvey, D. (2004). O Novo imperialismo. Edições Loyola Editorial.
- Hua, S. (2018). Imperialism, ultra-imperialis mand therise of China. SERVE-THEPEOPLE. <https://mike-servethepeople.blogspot.com/2018/11/translators-note-i-came-across-this.html>
- Lenin, V. (2008). O imperialismo, fase superior do capitalismo. Centauro.

- Losurdo, D. (2004). Fuga da História: A Revolução Russa e a Revolução Chinesa Vistas de Hoje. Revan.
- Majerowicz, E. (2020). A China e a economia política internacional das tecnologias da informação e comunicação. Geosul, Florianópolis, v. 35, (n. 77), 73-102.
- Majerowicz, E. (2022). Do campesinato ao exército industrial de reserva: proletarização e determinação salarial na China. In E. Majerowicz e E. Paraná (ed.), A China no capitalismo contemporâneo (pp. 149-221). Expressão Popular.
- Mao, T. (1940). A Nova Democracia na China. <https://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/15.htm>.
- Marini, R. (2011). Dialética da Dependência e Sobre a Dialética da Dependência. In Ruy Mauro Marini, Vida e Obra. pp. 131-185. Expressão Popular.
- Marx, K. (2017). O Capital: crítica da economia política: livro III. Boitempo.
- Mészáros, I. (2002). Para além do capital. Boitempo.
- Mészáros, I. (2003). O século XXI – Socialismo ou barbárie. Boitempo.
- Minin, D. (2014). The Strategic Alliance Being Overlooked between Russia and China. In Strategic Culture Foundation <http://www.strategic-culture.org/news/2014/05/29/strategic-alliance-being-overlooked-between-russia-china.html>
- Montenegro, R. (2021). China in UN Peace Keeping Operations: A 30-Year Assessment (1990-2019). Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 43(2) May/Aug.
- Nogueira, I; Qi, H. (2022). Estado e burguesia nacional na China: do grande compromisso à aliança tensa. In E. Majerowicz; E. Paraná (ed.) A China no capitalismo contemporâneo (pp. 223-260). Expressão Popular.
- Osorio, J. (2012). Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In C. Ferreira; J. Osorio; M. Luce (ed.) Padrão de reprodução do capital (pp. 37-86). Boitempo.
- Osorio, J. (2014). O Estado no Centro da Mundialização. Outras Expressões.

- Osorio, J. (2015). América Latina em la valorización mundial del capital. *Revista da sociedade brasileira de economia política jun-set/2015*, 36-52.
- Patrick, S. (19/03/2025). Trump Has Launched a Second American Revolution. This Time, It's Against the World. Emissary. <https://carnegieendowment.org/emissary/2025/03/trump-foreign-policy-second-american-revolution-nato-un?lang=en>
- Qin, X; Doria, G. (2016). O socialismo com características chinesas e seu papel como ideologia guia da China. *Século XXI*, V. 7, (Nº1) 115-130.
- Roberts, K. (23/03/2025). We are living through the Second American Revolution. *The Spectator*. <https://thespectator.com/topic/living-through-second-american-revolution-kevin-roberts/>
- Roberts, M. (2018). China: Three models of development. Michael Roberts Blog. <https://thenextrecession.files.wordpress.com/2015/09/china-paper-july-2015.pdf>.
- Schram, S. (1968). Mao Tsé-Tung. Biblioteca Universal Popular (BUP).
- Snow, Edgar. (2023). A estrela vermelha brilha sobre a China. *Autonomia Literária*.
- Souza, R. (2018). Estado e Capital na China. EDUFBA.
- Souza, R. (2023). A China de Mao e Xi Jinping: transformações e limites. EDUFBA.
- Souza, R. (2025). El capitalismo chino y la desesperación de Trump. *Perspectiva Socialista*. <https://perspectivasocialistaperu.com/el-capitalismo-chino-y-la-desesperacion-de-trump/>
- Souza, R; Almeida, J. (1º/10/2021). Revolução chinesa, 72: o papel indispensável de Mao. *Outras Palavras*. <https://outraspalavras.net/geopolitica/guerra/revolucao-chinesa-72-o-papel-indispensavel-de-mao/>
- The Economist. (24/04/2025). Trump is a revolutionary. Will he succeed?. *The Economist* <https://www.economist.com/leaders/2025/04/24/trump-is-a-revolutionary-will-he-succeed>
- Turner, B. (2014). Is China an Imperialist Country? Considerations and Evidence. *Kersplebedeb*.

- Xi, J. (2014). Build a community of shared destiny for common progress. China Daily, Jul-18. <https://govt.chinadaily.com.cn/a/201407/18/WS5c061bb6498eefb3fe46e0f8.html>
- Xi, J. (2020). A governança da China II. Contraponto, 2020.
- Xi, J. (2022). Xi Jinping Delivers a Keynote Speech at the Opening Ceremony of the Boao Forum for Asia Annual Conference 2022. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202204/t20220421_10671083.html
- Xinhua. (29/04/2022). Cooperação em segurança China-Ilhas Salomão beneficia interesses comuns, diz porta-voz. Xinhua. <http://portuguese.people.com.cn/n3/2022/0429/c309806-10091071.html>
- Zhou, L. (2021). O Século de Humilhação e a sua influência na construção da identidade nacional da China. E-Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP, nº 9, 05/21.

